

Comunicado nº. 34/78, em 22.SET.78

A TODOS OS TRABALHADORES:

O assunto único deste comunicado vai ser a reestruturação, questão que se arrasta há tempo imenso e que não tem tido a solução que mais se impunha. Além de azares diversos (quedas de Governo em momentos decisivos) ela tem sido sabotada, prejudicada, atropelada. Há quem não a deseje, quem pareça ter por único fim prejudicar os trabalhadores, encontrar para os problemas as soluções que leiam mais gente sem mesmo respeitar aquilo que já tinha sido acordado. O objectivo deste comunicado é fazer o ponto da situação, informar todos daquilo que o Secretariado sabe, para que todos fiquem conscientes dos motivos que temos para desencadearmos formas de luta, para buscarmos a vitória à custa do nosso esforço, da nossa força de união e firmeza.

O Decreto-Lei aprovador da "Reestruturação" está pronto há bem um mês e pode ser apresentado ao conselho de ministros logo que obtenha os vistos da Secretaria do Estado da Administração Pública. Esse visto foi retardado, no entanto, porque o Director-Geral das Contribuições e Impostos não enviou o texto às duas Direcções-Gerais dessa Secretaria de Estado(?!). Soubemo-lo anteontem e envidámos esforços para que essa falta fosse suprida. Neste momento ainda não conseguimos averiguar se o foi.

Saído o Decreto-Lei, haverá 30 dias para publicar o Decreto Regulamentar que é aquele que concretiza as diversas situações específicas. O texto último, que temos em nosso poder, está longe de nos satisfazer. Apontamos em resumo, as principais deficiências:

1. - Baixa uma categoria, nas transitórias, a todos os funcionários sem chefia, à excepção dos técnicos-verificadores.
2. - Mas a estes e aos chefes retira qualquer gratificação.
3. - Nada define quanto às remunerações acessórias.
4. - Dá grande relevância às informações de serviço mas não define como elas serão, nem garante qualquer intervenção das organizações de trabalhadores nelas.

Todas estas modificações foram em contrário do que tinha sido acordado entre o Sindicato e a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos há quase um ano.

Alguns destes problemas (retirada das gratificações, baixa de letra dos aspirantes) foram por iniciativa da Direcção-Geral da Função Pública. No entanto, o Secretariado teve, em 9 de Agosto, uma entrevista com o Subdirector-Geral da Função Pública em que este se declarou disposto a rever o problema. Demos conta deste facto ao Director-Geral das Contribuições e Impostos em 11 de Agosto e 4 de Setembro. No entanto, o Sr. Director-Geral nada fez para abrir as negociações. Dia 19 manifestou-se o Subdirector-Geral da Função Pública muito admirado de não ter sido contactado nesse sentido (!!!)...

Depois de duas entrevistas absolutamente inúteis para resolver este contencioso com o Director-Geral das Contribuições e Impostos, enviámos a esta entidade o ofício que a seguir reproduzimos:

"No seguimento da entrevista que o Secretariado deste Sindicato teve com V. Ex^a. no dia 4 do mês em curso, vem o dito Secretariado expender certas considerações que julga pertinentes e adequadas e para as quais, pela sua importância, chamamos a especial atenção de V. Ex^a..

Em primeiro lugar fazemos notar a urgência do assunto. Em Junho ficou assente que o Decreto-Lei seria levado a Conselho de Ministros em Julho. A queda do segundo Governo impossibilitou que isso se verificasse, o que a ter-se verificado implicaria que o Decreto Regulamentar teria sido publicado durante o mês de Agosto.

Ora, estando nós em Setembro, não se compreende que não esteja tudo pronto para apresentar ao novo Governo logo que, este termine a apresentação do seu programa à Assembleia da República.

Entende, pois, este Sindicato, que o compromisso assumido em 27 de Junho continua com validade e que o prazo então marcado, e que foi interrompido, volta imediatamente a correr, pelo que não será descabido exigir que o Decreto-Lei (já pronto) seja aprovado até ao fim do corrente mês, o que, em termos de dias já representa um alargamento de tempo anteriormente disponível. Seria inconveniente para todos (funcionários, Administração, público em geral) que se voltasse à situação que estava criada em 27 de Junho.

Em segundo lugar, manifestamos a nossa preocupação e protesto por as duas últimas reuniões que tivemos não conduzirem a qualquer progresso. Uma vez que segundo as palavras de V. Ex^a, durante a última reunião, parece que os elementos técnicos estão em poder e são essencialmente do conhecimento do Excelentíssimo Director da D.S.P.O., e a capacidade decisória pertence a V. Ex^a., este Secretariado propõe que se efectue uma reunião conjunta, tão breve quanto possível (sugerimos um dos primeiros dias da próxima semana) entre nós o Director dos Serviços de Pessoal e Organização e V. Ex^a., a fim de que possamos debater aprofundadamente as questões em aberto em troca de pontos de vista onde todos os dados sejam fornecidos e debatidos, com vista a obter-se, finalmente, um concenso inadiável, o que já tarda

Fazemos notar a V. Ex^a. que o princípio "magister dixit" fez a sua época nos termos longínquos e escolásticos da Idade Média e, por isso, não podemos, nem devemos, nós, representantes dos trabalhadores, contentar-nos com a afirmação de que uma coisa é "impossível" ou de que "não devemos pensar nisso", sem que essa impossibilidade nos seja cabalmente demonstrada e de uma vez por todas.

Ainda sobre a reunião que solicitamos seria de toda a conveniência de que ela fosse marcada para dia e hora que possibilitasse a análise profunda das questões sem que as múltiplas actividades a que o cargo que V. Ex^a. ocupa impeçam que ela seja realmente profíqua. Sempre temos verificado que, só com essa disposição é possível chegar-se a resultados concretos. Aliás este assunto que já se arrasta há tanto tempo tem absorvido demasiadas energias, dos trabalhadores, de V. Ex^a. e dos seus colaboradores, energias que bastante falta farão serem canalizadas noutros sentidos no país tão ei-vado de carências. É tempo, pois, de se chegar a uma conclusão.

Finalmente, queremos, desde já, marcar bem a nossa posição de que quanto às remunerações acessórias, nunca aceitaremos qualquer sistema que possa trazer como consequência a extinção, ou redução, progressiva dessas remunerações. O que V. Ex^a. nos expõe, embora subtilmente e sem que isso seja certo, pode, no entanto, trazer essas consequências.

Esperamos que V. Ex^a. tenha em consideração a seriedade do assunto.

Buscamos aturadamente chegar a uma conclusão com o mínimo de perturbações, numa atitude consciente e responsável.

Estamos dispostos a tomar atitudes mais adequadas para alcançarmos os fins em vista sejam elas quais forem.

Aguardamos resposta muito breve."

Este officio seguiu no dia 5 deste mês. Até à data não teve resposta. Dia 19 o Director-Geral seguiu para Buenos Aires. Mas duas semanas já é um lapso de tempo muito largo.

Estes são os factos. Verificamos, pois, que é a quem mais competia defender os nossos interesses perante os outros órgãos da Administração que mais os prejudica. Falemos claramente: se a "reestruturação" não está feita isso se deve, mais do que à queda do Governo, à acção negativa e retardadora do Director-Geral das Contribuições e Impostos!

Mas nós não o podemos consentir!

Tal como em Junho vamos **cerrar** fileiras, vamos lutar, com a mesma vontade, unidade e determinação - mas mais rijamente -, só terminando essa luta pela vitória total e insofismável. Não cederemos perante garantias, por mais solenes que sejam. A luta só terminará com factos concretos.

O Secretariado, em nome dos trabalhadores das Contribuições e Impostos, responsabiliza, solenemente o Sr. Director-Geral das Contribuições e Impostos e a Administração que ele representa pelas consequências económicas dessa luta.

O Secretariado, dentro de poucos dias, comunicará aos trabalhadores qual a data que há-de ser marcada para a greve, pela qual os trabalhadores afirmaram a sua vontade inquebrantável de alcançarem que justiça lhes seja feita.

Entretanto pedimos aos delegados sindicais que em todos os locais de trabalho promovam reuniões dos trabalhadores para elucidação completa dos mesmos.

Exigimos que os acordos celebrados sejam respeitados.

Exigimos a saída imediata da "REESTRUTURAÇÃO".

Exigimos que os trabalhadores sejam tratados com a dignidade que merecem.

O S E C R E T A R I A D O



